

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**  
**Processo Administrativo nº 0083/2026 de 02 de Junho de 2026.**

**MODALIDADE: Pregão Eletrônico**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**LEGISLAÇÃO E REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, LC nº 123/2006**

**MODO DE DISPUTA: Aberto**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado e continuado de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender às necessidades nutricionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA.

**SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**  
**Cadastramento das propostas no sistema a partir do dia 09 de Junho de 2026.**  
**Hora: 08:00 (oito) horas (horário de Brasília)**  
**Endereço eletrônico: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) - Compras-SIASG**  
**Código UASG: 983389**

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**  
**Dia 19.06.2026 – Hora 09:00 horas (horário de Brasília)**

**MEIO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL**  
**Endereço: Prefeitura Municipal, Localizada na Praça dos Poderes, nº95, Centro de Brotas de Macaúbas/BA**  
**Portal Eletrônico: [www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/](http://www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/)**  
**<http://www.acessoinformacao.com.br/ba/brotasdemacaubas>**  
**E-mail: [setorlcpm@gmail.com](mailto:setorlcpm@gmail.com)**  
**Pregoeira Municipal: Elane Gomes Oliveira**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS DE MACAÚBAS- ESTADO DA BAHIA,** através da Pregoeira Municipal, neste ato representado pela Agente de Contratação Sra. Elane Gomes Oliveira, designado pela Portaria nº 145/2025, torna público para ciência dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico sob o nº 90009/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** com base no Processo Administrativo instaurado para este fim, em sessão às **09:00 horas do dia 18 de Junho de 2026, (horário de Brasília)**, no endereço eletrônico: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) – (Compras-SIASG), Código UASG: 983389, visando o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado e continuado de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender às necessidades nutricionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA. Tipo Menor Preço Lote.**

## 1. DO OBJETO

2. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado e continuado de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender às necessidades nutricionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos

de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item;

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.5. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o

devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto

6.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.13.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.13.2.2. Empresas brasileiras;

6.13.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.13.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.13.3. Persistido o empate será realizado sorteio; comunicado via chat no sistema com marcação de data e hora que ocorrerá o sorteio, em videoconferência.

6.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.14.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

6.14.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.14.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.14.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.14.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.14.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.14.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))



7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.6 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6.6. Deixar de apresentar a proposta reformulada em conformidade com o último lance ofertado.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64.](#)):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação,

até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (Dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site [www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/](http://www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/).

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os lotes/itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original



10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.acessoinformacao.com.br/ba/brotasdemacaubas/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por *meio do e-mail [setorlcpm@gmail.com](mailto:setorlcpm@gmail.com), informando o número deste Pregão.*

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico [www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/](http://www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. ANEXO II- Minuta da Ata de Registro de preço
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Brotas de Macaúbas, 09 de Junho de 2026.

Elane Gomes Oliveira  
**Pregoeira**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**SECRETARIA DEMANDANTE:** Secretaria Municipal de Educação

#### 1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

**1.1.** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado e continuado de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender às necessidades nutricionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA.

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MÉDIA BANCO DE PREÇOS	VALOR TOTAL
<b>G I: ALIMENTOS IN NATURA</b>					
1	ABACATE, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	500	R\$ 7,27	R\$ 3.635,00
2	ABACAXI, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	3000	R\$ 10,16	R\$ 30.480,00
3	ABÓBORA, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	5000	R\$ 6,03	R\$ 30.150,00
4	ALFACE CRESPA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	150	R\$ 33,59	R\$ 5.038,50
5	ALHO, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	800	R\$ 32,80	R\$ 26.240,00
6	BANANA DA PRATA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	9000	R\$ 8,39	R\$ 75.510,00

7	BANANA DA TERRA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	400	R\$ 28,48	R\$ 11.392,00
8	BATATA DOCE, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	4000	R\$ 8,17	R\$ 32.680,00
9	BATATA INGLESA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	3500	R\$ 10,37	R\$ 36.295,00
10	BETERRABA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	200	R\$ 8,03	R\$ 1.606,00
11	CEBOLA BRANCA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	2000	R\$ 10,45	R\$ 20.900,00
12	CENOURA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	3000	R\$ 8,40	R\$ 25.200,00
13	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO COENTRO E CEBOLINHA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	300	R\$ 36,13	R\$ 10.839,00
14	CHUCHU, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	500	R\$ 7,63	R\$ 3.815,00

15	COUVE MANTEIGA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	300	R\$ 35,01	R\$ 10.503,00
16	GOIABA VERMELHA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	500	R\$ 12,32	R\$ 6.160,00
17	LIMÃO THAITI, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	400	R\$ 8,19	R\$ 3.276,00
18	MAÇÃ, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	500	R\$ 18,21	R\$ 9.105,00
19	MAMÃO FORMOSA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	800	R\$ 8,59	R\$ 6.872,00
20	MANDIOCA (AIPIM), de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	1000	R\$ 11,26	R\$ 11.260,00
21	MANGA TOMMY, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	1200	R\$ 8,00	R\$ 9.600,00
22	MELANCIA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	20000	R\$ 4,63	R\$ 92.600,00



23	LARANJA PERA, de primeira qualidade, in natura. Tamanho, cor, aroma e sabor característicos, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas ao consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	1000	R\$ 8,42	R\$ 8.420,00
24	OVO DE GALINHA, in atura de galinha, em casca, grupo branco, classe A, tipo extra, pesando no mínimo 58g por unidade, isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, sem sinais de defeitos ou trincas na casca. A embalagem deve ser apropriada para o seu acondicionamento, de material atóxico. O rótulo deve conter os dados da granja, identificação do produto, prazo de validade, de no mínimo 15 dias da data de entrega e carimbo do serviço de inspeção. Deve estar em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura e Pecuária.	DUZ	800	R\$ 12,51	R\$ 10.008,00
25	PEPINO, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	400	R\$ 7,14	R\$ 2.856,00
26	PIMENTÃO, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	300	R\$ 7,75	R\$ 2.325,00
27	REPOLHO, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	500	R\$ 8,40	R\$ 4.200,00
28	TOMATE, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	500	R\$ 11,87	R\$ 5.935,00
29	VAGEM, TIPO MACARRÃO, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	300	R\$ 16,26	R\$ 4.878,00
				<b>R\$ 501.778,50</b>	

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MÉDIA DE PREÇO	VALOR TOTAL
<b>G II: ALIMENTOS MINIMAMENTE PROCESSADOS</b>					

30	AMIDO DE MILHO. Produto amiláceo base de milho, sabor tradicional. Fabricado a partir de matéria-prima sãs e limpas, sem parasitos, larvas e substâncias estranhas. Embalagem com dados e identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Embalagem contendo 200g.	PCT	300	R\$ 6,37	R\$ 1.911,00
31	ARROZ BENEFICIADO BRANCO, classe longo fino, tipo 01. Embalagem plástica transparente, resistente, com dados de identificação do produto e do fabricante, data de fabricação. Pacote com 1kg.	KG	6000	R\$ 5,54	R\$ 33.240,00
32	CACAU EM PÓ (100% CACAU), natural sem adição de açúcar ou outros aditivos. Produto obtido de amêndoas sadias, limpas, sem grumos, odor/sabor característicos e coloração uniforme, com validade mínima de 6 a 10 meses. Embalagem com até 200g, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	PCT	500	R\$ 13,28	R\$ 6.640,00
33	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, constituído por grãos sãos e limpos, sem parasitos, larvas e substâncias estranhas. Deve conter embalagem plástica resistente, aluminizada, constando no rótulo dados de identificação do produto e do fabricante, classificação e prazo de validade do produto, de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Prazo de validade mínimo de 03 meses a partir da data de entrega. Embalagem contendo 250g.	PCT	800	R\$ 18,81	R\$ 15.048,00
34	CREME DE MILHO. Embalagem com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Com ausência de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Pacote com 500g.	PCT	800	R\$ 3,40	R\$ 2.720,00
35	FARINHA DE MANDIOCA, grupo seca, subgrupo fina, tipo 1. Embalagem plástica transparente, resistente, com dados de identificação do produto e do fabricante, data de fabricação e validade, mínima de 04 meses a partir da data de entrega. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Pacote com 1 kg.	KG	3500	R\$ 9,14	R\$ 31.990,00

36	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO. Embalagem plástica transparente, resistente, com dados de identificação do produto e do fabricante, data de fabricação e validade, mínima de 04 meses a partir da data de entrega. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Pacote com 1kg.	KG	1200	R\$ 8,86	R\$ 10.632,00
37	FARINHA DE TAPIOCA NATURAL. Embalagem com 500 g. Embalagem com dados e identificação do produto de acordo com sua designação ou classificação, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido e registros nos órgãos competentes, conforme a(s) Norma(s) e/ou Resolução(ões) vigente(s). Pacote com 1kg.	KG	500	R\$ 10,53	R\$ 5.265,00
38	FEIJÃO CARIOCA, tipo 1. Embalagem, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Pacote com 1 kg	KG	2000	R\$ 13,74	R\$ 27.480,00
39	FEIJÃO FRADINHO, tipo 1. Embalagem, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Pacote com 1 kg.	KG	2600	R\$ 13,07	R\$ 33.982,00
40	FEIJÃO PRETO, tipo 1. Embalagem, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Pacote com 1 kg	KG	600	R\$ 13,82	R\$ 8.292,00
41	FLOCOS DE MILHO (FLOCÃO). Embalagem, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Pacote com 500g.	PCT	7000	R\$ 2,94	R\$ 20.580,00
42	MASSA ALIMENTÍCIA de sêmola/semolina, TIPO ESPAGUETE. Embalagem plástica transparente, resistente e íntegra. Deve constar na embalagem instruções de preparo e conservação do produto, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 06 meses. Pacote com 500g	PCT	5000	R\$ 5,63	R\$ 28.150,00

43	MASSA ALIMENTÍCIA de sêmola/semolina, TIPO PARAFUSO. Embalagem plástica transparente, resistente e íntegra. Deve constar na embalagem instruções de preparo e conservação do produto, data de fabricação e prazo de validade. de acordo com a Resolução RDC 93/2000 ANVISA. Válido no mínimo, por 06 meses após a entrega. Pacote com 500g	PCT	5000	R\$ 6,25	R\$ 31.250,00
44	MILHO VERDE CONGELADO EM GRÃOS. Milho verde em grãos soltos, de alta qualidade, cru ou cozido em água ou vapor, sem adição de sal, açúcar ou conservantes e supercongelado, utilizando a tecnologia de congelamento rápido (IQF - Individually Quick Frozen), firme e íntegro; com aspecto cor, cheiro e sabor próprios. Embalado em sacos de polietileno ou outro material permitido para acondicionamento de alimentos, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas. Pacote com até 500g.	PCT	800	R\$ 12,00	R\$ 9.600,00
45	MILHO AMARELO PARA CANJICA. Embalagem, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Pacote com 500g.	PCT	3000	R\$ 4,72	R\$ 14.160,00
46	MILHO PARA PIPOCA. Embalagem, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Ausente de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Pacote com 500g.	PCT	600	R\$ 5,35	R\$ 3.210,00
47	UVA PASSA, ingredientes uva, tipo seca (passa), características adicionais sem caroço. Embalagem contendo 200g, com dados de identificação, lote e prazo de validade. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	PCT	500	R\$ 12,71	R\$ 6.355,00
48				R\$ 290.505,00	

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MÉDIA DE PREÇO	VALOR TOTAL
<b>G III: CONDIMENTOS E INGREDIENTES CULINÁRIOS</b>					



48	AÇÚCAR CRISTAL, origem vegetal, sacarose de açúcar, em embalagem plástica resistente, contendo 1kg, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Com registro no Ministério da Saúde. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	KG	6000	R\$ 4,22	R\$ 25.320,00
49	CANELA EM CASCA/PAU. Condimento, canela em casca/pau desidratada, natural, selecionada. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante data de fabricação e prazo de validade. Pacote contendo, no máximo, 50g.	PCT	2000	R\$ 5,23	R\$ 10.460,00
50	CANELA EM PÓ. Condimento de primeira qualidade, com aspecto de pó fino, homogêneo; cor, odor e sabor característicos, livre de aditivos, sujidades ou contaminantes. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante data de fabricação e prazo de validade. Embalagem contendo, no máximo, 50g.	PCT	500	R\$ 5,66	R\$ 2.830,00
51	CÔCO RALADO, ingredientes: côco, apresentação triturado, características adicionais sem açúcar. Válido no mínimo 06 meses após a entrega. Embalagem contendo 200g.	PCT	3500	R\$ 8,36	R\$ 29.260,00
52	COMINHO MOÍDO. Condimento, constituído por frutos sãos, limpos e dessecados. Em embalagem plástica vedada, com data de fabricação e prazo de validade. Válido no mínimo 06 meses após a entrega. Pacote com 100g.	PCT	3000	R\$ 7,67	R\$ 23.010,00
53	CRAVO DA ÍNDIA. Condimento, aspecto físico inteiro, desidratado, natural, selecionado. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante data de fabricação e prazo de validade, contendo, no máximo, 50g.	PCT	1000	R\$ 4,23	R\$ 4.230,00
54	EXTRATO DE TOMATE 100% NATURAL, composto pelo extrato da polpa de tomate, sem adição de sal, açúcar, aromatizantes, corantes artificiais e conservantes. Sem glúten. Apresentação: creme concentrado. Produto isento de fermentações e não deve indicar processamento defeituoso. Embalagem: em sachê, contendo no máximo 340g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	3000	R\$ 6,57	R\$ 19.710,00
55	LEITE DE COCO natural, embalagem, contendo 200mL, com dados de identificação do produto, procedência, prazo de validade e peso líquido. Ausência de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	UND	7500	R\$ 6,20	R\$ 46.500,00

56	ÓLEO DE SOJA. Embalado em frascos com 900mL, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Deve estar inscrito no Ministério da Saúde. A embalagem secundária deve ser constituída de caixas de papelão resistentes, com 20 frascos. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	FRASCO	3350	R\$ 10,48	R\$ 35.108,00
57	OREGANO. Condimento, desidratado, constituído por matéria sã e limpa. Em embalagem plástica vedada, com data de fabricação e prazo de validade. Válido no mínimo 06 meses após a entrega. Pacote com 100g.	PCT	1000	R\$ 9,56	R\$ 9.560,00
58	SAL IODADO. Embalagem plástica contendo 1kg, com data de fabricação, prazo de validade de, no mínimo 12 meses. Deve estar inscrito no Ministério da Saúde. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	KG	1000	R\$ 1,31	R\$ 1.310,00
59	TEMPERO COLORÍFICO DE AÇAFRÃO, em pó. Constituído por fubá ou farinha de mandioca com açafrão, embalagem plástica vedada, contendo 100g, com data de fabricação e prazo de validade. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	PCT	3000	R\$ 5,18	R\$ 15.540,00
60	TEMPERO COLORÍFICO DE URUCUM, em pó. Constituído por fubá ou farinha de mandioca com urucum, embalagem plástica vedada, contendo 100g, com data de fabricação e prazo de validade. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	PCT	3000	R\$ 5,24	R\$ 15.720,00
61	VINAGRE _ Ácido acético obtido mediante a fermentação acética de soluções aquosas de álcool procedente principalmente de matérias agrícolas. Padronizado, refiltrado, pasteurizado e envasado para a distribuição no comércio em geral. Com acidez de 4,15%, sem corantes, sem essências e sem adição de açúcares. Embalagem plástica/garrafa pet, contendo 900mL. De acordo com a RDC n°276/2005. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	FRASCO	60	R\$ 5,25	R\$ 315,00
62				<b>R\$ 238.873,00</b>	

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MÉDIA DE PREÇO	VALOR TOTAL
<b>LOTE IV: INDUSTRIALIZADOS (PROCESSADOS E ULTRAPROCESSADOS)</b>					
62	BISCOITO DOCE, tipo maisena/leite/maria. Livre de gorduras trans. Embalagem plástica, atóxica, vedada, contendo até 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	PCT	3000	R\$ 6,65	R\$ 19.950,00

63	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER. Livre de gorduras trans. Embalagem plástica, atóxica, vedada, contendo até 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	PCT	3000	R\$ 6,95	R\$ 20.850,00
64	CHARQUE TRASEIRO, de 1ª qualidade, seca. Carne salgada, tipo corte coxão mole - charque, origem bovina, apresentação em mantas, estado de conservação seco(a), sem pele nova. Em embalagem plástica e flexível, resistente, transparente a vácuo, CONTENDO, NO MÁXIMO, 500g, com identificação do produto, prazo de validade e peso líquido. O produto deve possuir selo de inspeção emitido por órgão específico. (NÃO SERÁ ACEITO CHRAQUE PONTA DE AGULHA).	PCT	2000	R\$ 30,31	R\$ 60.620,00
65	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA. Proteína de soja 50% e carboidratos 30%, dentre outros ingredientes que não descaracterizem o produto, desde que permitidos pela legislação e declarados no rótulo. Não poderá conter corantes artificiais, edulcorantes, aromatizantes e glutamato monossódico. Embalagem, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. O produto deve ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Pacote pesando entre 400 a 500g.	PCT	2000	R\$ 7,45	R\$ 14.900,00
66	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO, sabores: manga, acerola, goiaba e caju. Embalado em frascos íntegros, contendo 500mL, com identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. Deve estar inscrito no Ministério da Agricultura. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	FRASCO	2600	R\$ 6,67	R\$ 17.342,00
67				<b>R\$ 133.662,00</b>	

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MÉDIA DE PREÇO	VALOR TOTAL
<b>LOTE V: PÃES (PROCESSADOS)</b>					
67	PÃO CARECA / SEDA, SALGADO, base de farinha de trigo. Unidade pesando 50g. Fabricado com matéria prima de primeira qualidade, livre de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado pão queimado ou mal assado. Deve apresentar o topo liso e macio, cor, cheiro e sabor próprio. O rótulo deve constar a denominação do produto de acordo com a resolução 12/78 do CNNPA.	KG	1000	R\$ 19,19	R\$ 19.190,00

68	PÃO FRANCÊS BRANCO, base de farinha de trigo refinada, unidade pesando 50g. Fabricado com matéria prima de primeira qualidade, livre de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado pão queimado ou mal assado. Deva apresentar cor, cheiro e sabor próprio. O rotulo deve constar a denominação do produto de acordo com a resolução 12/78 do CNNPA.	KG	400	R\$ 20,21	R\$ 8.084,00
69	PÃO FRANCÊS INTEGRAL, base de farinha de trigo integral, unidade pesando 50g. Fabricado com matéria prima de primeira qualidade, livre de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado pão queimado ou mal assado. Deva apresentar cor, cheiro e sabor próprio. O rotulo deve constar a denominação do produto de acordo com a resolução 12/78 do CNNPA.	KG	50	R\$ 32,51	R\$ 1.625,50
70	PÃO SEMI-DOCE, base de farinha de trigo refinada, unidade alongada, pesando 50g, tipo hot dog. Fabricado com matéria prima de primeira qualidade, livre de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado pão queimado ou mal assado. Deve apresentar cor, cheiro e sabor próprio. O rotulo deve constar a denominação do produto de acordo com a resolução 12/78 do CNNPA.	KG	1500	R\$ 23,13	R\$ 34.695,00
71				<b>R\$ 63.594,50</b>	

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MÉDIA DE PREÇO	VALOR TOTAL
<b>LOTE VI: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DIETAS ESPECIAIS</b>					
71	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO, À BASE DE ESTÉVIA. Embalado em frasco de até 100 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega e peso líquido.	FRASCO	20	R\$ 10,06	R\$ 201,20



72	<p>ALIMENTO COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA (LEITE SOJA), aspecto físico pó, sabor original ou natural, uso oral, características adicionais isento de lactose e colesterol.</p> <p>Ingredientes: Mistura à base de proteína isolada de soja (proteína isolada de soja, óleo de palma, xarope de milho, açúcar, fosfato de cálcio, citrato de potássio, fosfato de potássio dibásico, sal, fosfato de magnésio, ácido ascórbico, óxido de zinco, pirofosfato férrico, pantotenato de cálcio, riboflavina, vitamina A, niacinamida, vitamina B6, mononitrato de tiamina, iodeto de potássio, ácido fólico, vitamina D, vitamina B12, emulsificantes lecitina e mono e diglicerídeos de ácidos graxos, aromatizante e corante natural betacaroteno), açúcar, maltodextrina e aroma idêntico ao natural de baunilha. Embalagem contendo no máximo 400, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega e peso líquido.</p>	LATA	40	R\$ 35,70	R\$ 1.428,00
73	<p>ARROZ BENEFICIADO INTEGRAL, classe longo fino, qualidade tipo 1. Embalagem contendo 1kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.</p>	KG	100	R\$ 8,33	R\$ 833,00
74	<p>AVEIA EM FLOCOS FINOS, embalagem contendo 170g, com dados e identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Com ausência de sujidades, parasitos ou larvas de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Válido no mínimo 06 meses após a entrega. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.</p>	UND	80	R\$ 6,91	R\$ 552,80
75	<p>BISCOITO, SABOR MAIZENA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM LACTOSE, TIPO BOLACHA, SEM GORDURA TRANS. Embalagem contendo até 400g com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA</p>	PCT	50	R\$ 7,41	R\$ 370,50

76	<p>BISCOITO, SABOR SALGADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTEGRAL E SEM RECHEIO, TIPO CREAM CRACKER. LIVRE DE GORDURAS TRANS.</p> <p>Apresentação: quadrado. Embalagem contendo até 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA.</p>	PCT	50	R\$ 8,26	R\$ 413,00
77	<p>BISCOITO, SABOR SALGADO, SEM LACTOSE, TIPO CREAM CRACKER, SEM GORDURA TRANS. Apresentação: quadrado. Embalagem contendo até 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. Válido no mínimo 06 meses após a entrega..</p>	PCT	50	R\$ 7,47	R\$ 373,50
78	<p>IOGURTE DESNATADO, SABORES DIVERSOS. Constituído de leite pasteurizado e / ou leite reconstituído, cultivos de bactérias lácteas e fermentos lácteos, entre outros ingredientes complementares permitidos. A partir de ingredientes são, limpos, de primeira qualidade, de acordo com as normas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Refrigerado, acondicionado em embalagem plástica atóxica, de material resistente, lacrada, tipo garrafinhas, sacos plásticos de polietileno, contendo entre 170g a 200g . No rótulo deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Válido no mínimo 02 meses após a entrega</p>	UND	100	R\$ 5,41	R\$ 541,00

79	<p>IOGURTE NATURAL, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR SEM SABOR.</p> <p>Constituído de leite in natura pasteurizado e / ou leite reconstituído, cultivos de bactérias lácteas e fermentos lácteos, sem adição de açúcar ou adoçante. A partir de ingredientes são, limpos, de primeira qualidade, de acordo com as normas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Refrigerado, acondicionado em embalagem plástica atóxica, de material resistente, lacrada, tipo garrafinhas, sacos plásticos de polietileno, contendo entre 170g a 200g. No rótulo deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Válido no mínimo 02 meses após a entrega</p>	UND	100	R\$ 9,87	R\$ 987,00
80	<p>IOGURTE ZERO LACTOSE, TEOR GORDURA INTEGRAL, SABOR MORANGO, COCO OU AMEIXA. Elaborado de forma a eliminar ou reduzir o teor de lactose, adequados para dietas com restrição deste carboidrato, conforme RDC/MS nº135/2017. A partir de ingredientes são, limpos, de primeira qualidade, de acordo com as normas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Refrigerado, acondicionado em embalagem plástica atóxica, de material resistente, lacrada, tipo pote ou garrafinha com no máximo 200g. No rótulo deverá conter os dados de identificação, tipo de restrição (isento de lactose ou zero lactose), procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. Válido no mínimo 03 meses após a entrega</p>	UND	100	R\$ 11,69	R\$ 1.169,00
81	<p>LEITE DE COCO VEGANO SEM LACTOSE EM PÓ. Alternativa 100% vegetal ao leite de vaca, livre de glúten e laticínios. Produzido a partir da polpa do coco maduro, maltodextrina ou outro (para estabilidade) e gomas, garantindo cremosidade. Deve apresentar aspecto físico de pó solto (não higroscópico e não pegajoso), com sabor, odor e cor característicos, acondicionado em embalagem plástica atóxica, de material resistente, lacrada com, no máximo, 200g. No rótulo deverá conter os dados de identificação do produto, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido,</p>	UND	150	R\$ 34,23	R\$ 5.134,50

82	LEITE EM PÓ DESNATADO, com conteúdo de matéria gorda inferior a 1,5% (m/), conforme Portaria / MAPA nº 146/96. Embalagem aluminada, contendo no rótulo: procedência, prazo de validade e registro no Ministério de Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Pacote com 200g. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	UND	30	R\$ 10,22	R\$ 306,60
83	LEITE SEM LACTOSE, não vegano, normal de vaca sem a presença do açúcar lactose, apresentação: em pó. Embalagem contendo no máximo 400g, prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega.	LATA	70	R\$ 32,96	R\$ 2.307,20
84	MACARRÃO TIPO INTEGRAL, teor de umidade massa seca, base da massa de farinha de trigo INTEGRAL, apresentação espagete. Embalagem contendo 500, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo de 6 meses após a entrega e peso líquido.	PCT	100	R\$ 9,60	R\$ 960,00
				<b>R\$ 15.577,30</b>	

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MÉDIA DE PREÇO	VALOR TOTAL
<b>LOTE VII: LEITE E DERIVADOS</b>					
85	LEITE EM PÓ INTEGRAL, embalagem aluminada, contendo no rótulo: procedência, prazo de validade e registro no Ministério de Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Pacote com 200g. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	PCT	25000	R\$ 10,70	R\$ 267.500,00
86	MANTEIGA, extra, com sal, acondicionado em embalagem original de 200 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Deve ter registro em órgão específico. Válido no mínimo 06 meses após a entrega.	UND	560	R\$ 17,12	R\$ 9.587,20
87	CREME DE LEITE UHT, teor de gordura entre 10% e 30%, frequentemente classificado em faixas de até 20%, processamento UHT (Ultra High Temperature) e homogeneizado, acondicionado em embalagem Tetra Pak 200g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. Deve ter registro em órgão específico.	UND	500	R\$ 4,38	R\$ 2.190,00
				<b>R\$ 279.277,20</b>	

- 1.1 A presente contratação não foi inicialmente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Brotas de Macaúbas/BA para o exercício vigente. Todavia, verifica-se que a demanda relacionadas à aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar é diretamente vinculadas à execução das políticas públicas e ao regular funcionamento da Administração Pública.
- 1.2 Assim, embora não prevista originalmente, a contratação mostra-se alinhada às diretrizes governamentais e às ações administrativas em curso, sendo plenamente justificável sua



realização.

- 1.3 Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.
- 1.4 O prazo de vigência da Ata de registro de preço/ contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do instrumento, prorrogável na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5 A especificação técnica dos itens no arquivo PDF baixado juntamente com o arquivo do Edital no ComprasGov (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição no Termo de Referência, PREVALECERÁ a que consta do Termo de Referência.

## **2. CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM**

2.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 35/2024, vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos bens e, tampouco, ao interesse público.

## **3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo e adequado de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA.

3.2. A alimentação escolar constitui um direito dos estudantes da educação básica pública e um importante instrumento de promoção da saúde, do desenvolvimento físico e cognitivo, da aprendizagem e da permanência dos alunos na escola. Nesse sentido, cabe ao Município assegurar a oferta regular de refeições nutricionalmente adequadas durante o período letivo, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

3.3. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada para a Administração, considerando que o consumo dos gêneros alimentícios ocorre de forma contínua e variável ao longo do exercício, conforme o número de alunos atendidos, o calendário escolar e os cardápios elaborados pela equipe técnica de nutrição.

3.4. Tal sistema proporciona maior flexibilidade no gerenciamento dos estoques, evita desperdícios, reduz riscos de desabastecimento e permite aquisições parceladas de acordo com a demanda efetiva da Secretaria Municipal de Educação.

3.5. Além disso, a contratação visa assegurar a manutenção das atividades educacionais sem interrupções decorrentes da falta de alimentação escolar, contribuindo para a qualidade do ensino ofertado e para o cumprimento das obrigações constitucionais e legais atribuídas ao Município.

3.6. Dessa forma, a futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado e continuado de gêneros alimentícios revela-se indispensável para atender ao interesse público, garantindo o adequado funcionamento das unidades escolares da rede municipal e a oferta regular da alimentação escolar aos estudantes.

### **3.6. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

3.6.1. O quantitativo estimado dos gêneros alimentícios foi definido com base no levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o número de 2.133 (dois mil, cento e trinta e três) estudantes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Brotas de Macaúbas/BA, distribuídos em 27 (vinte e sete) unidades escolares, compreendendo creches, escolas de educação infantil e unidades de ensino fundamental.

3.6.2. A estimativa foi elaborada considerando o número de alunos atendidos em cada etapa de ensino, a quantidade de dias letivos previstos no calendário escolar, os cardápios elaborados pela equipe técnica de nutrição, as recomendações nutricionais estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, bem como o histórico de consumo registrado em exercícios anteriores.

3.6.3. Foram considerados, ainda, fatores como a diversidade dos gêneros alimentícios necessários para a composição dos cardápios, a frequência de fornecimento das refeições, a possibilidade de variações na demanda ao longo do período letivo e a necessidade de manutenção de estoques mínimos para evitar desabastecimentos nas unidades escolares.

3.6.4. O quantitativo proposto busca atender integralmente à demanda prevista para o fornecimento da merenda escolar durante a vigência da contratação, garantindo a oferta regular de alimentação adequada e saudável aos estudantes, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de aquisição, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e do adequado planejamento dos recursos públicos.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.0 Para atender adequadamente às necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1. Habilitação Jurídica, Fiscal, Trabalhista e Econômico-Financeira : A empresa contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Capacidade Técnica: A licitante deverá demonstrar aptidão para o fornecimento de gêneros alimentícios compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de documentos e/ou atestados de capacidade técnica que comprovem experiência anterior na execução de fornecimentos semelhantes.

4.3. Qualidade dos Produtos: Os gêneros alimentícios fornecidos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando padrões de qualidade, conservação, acondicionamento, validade e segurança alimentar exigidos pelos órgãos competentes.

4.4. Conformidade Sanitária: Os produtos deverão estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, quando aplicável, e demais legislações sanitárias pertinentes.

4.5. Prazo de Validade: Os produtos entregues deverão possuir prazo de validade compatível com o período de consumo previsto pela Administração, não sendo aceitos itens com validade próxima ao vencimento, salvo autorização expressa da contratante.

4.6. Entrega parcelada: O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme cronograma e solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo o abastecimento contínuo das unidades escolares durante todo o período letivo.

4.7. Transporte e Logística: A contratada deverá realizar o transporte dos produtos em veículos adequados, observando as condições de higiene, conservação e segurança necessárias para preservar a qualidade dos alimentos até o local de entrega.

4.8. Substituição de Produtos: A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer produtos que apresentem defeitos, avarias, inadequações de qualidade, divergências em relação às especificações contratadas ou que estejam em desacordo com as normas sanitárias aplicáveis.

4.9. Atendimento às Diretrizes do PNAE: Os produtos fornecidos deverão atender às exigências e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, contribuindo para a oferta de alimentação adequada e saudável aos estudantes da rede municipal.

4.10. Sustentabilidade e Responsabilidade Social: Sempre que possível, deverão ser observadas práticas sustentáveis relacionadas à produção, embalagem, transporte e fornecimento dos gêneros alimentícios, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da administração pública.

4.11. O atendimento a esses requisitos é indispensável para assegurar a qualidade da alimentação escolar, a continuidade do abastecimento das unidades de ensino e o cumprimento das finalidades públicas relacionadas à educação e à segurança alimentar dos estudantes.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório para Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado e continuado de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA.

5.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza continuada da demanda e da impossibilidade de definição exata dos quantitativos a serem consumidos ao longo do período letivo, permitindo que as aquisições sejam realizadas conforme a necessidade da Administração, de forma eficiente e econômica.

5.3. A solução contempla o fornecimento de gêneros alimentícios variados, observando as especificações técnicas, os padrões de qualidade e as exigências nutricionais estabelecidas pela equipe responsável pela alimentação escolar, garantindo a adequada execução dos cardápios elaborados para os estudantes da rede municipal.

5.4. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme cronograma e solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, assegurando o abastecimento contínuo das unidades escolares e evitando tanto o desabastecimento quanto o excesso de estoque, fatores que podem comprometer a qualidade dos alimentos e a eficiência da gestão pública.

5.5. A contratada será responsável pelo fornecimento, acondicionamento, transporte e entrega dos produtos em perfeitas condições de consumo, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes, as exigências dos órgãos de fiscalização competentes e as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

5.6. A solução também prevê mecanismos de controle de qualidade, incluindo a conferência dos produtos no ato da entrega e a obrigatoriedade de substituição daqueles que apresentem irregularidades, avarias, inadequações de qualidade ou desconformidade com as especificações estabelecidas pela Administração.

5.7. Com a implementação dessa solução, busca-se garantir a oferta regular de alimentação escolar adequada e saudável aos estudantes da rede municipal, contribuindo para a segurança alimentar, o desenvolvimento educacional, a permanência dos alunos na

escola e o cumprimento das responsabilidades constitucionais e legais atribuídas ao Município.

## **6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

6.1. De acordo com o disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, combinado com o §2º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve, sempre que houver viabilidade técnica e vantagem econômica, promover o parcelamento do objeto da licitação, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação do maior número de interessados.

6.2. Para o caso em análise, optou-se pelo fornecimento por lote, considerando o menor preço por lote como critério de julgamento. Cada lote contemplará grupos de gêneros alimentícios com características e finalidades semelhantes, destinados à composição da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

6.3. A definição por lote fundamenta-se nos seguintes aspectos:

a) Os gêneros alimentícios agrupados em cada lote possuem natureza compatível e são destinados ao atendimento conjunto das necessidades nutricionais dos alunos, sendo recomendável a contratação integrada para assegurar regularidade e equilíbrio no abastecimento;

b) O fornecimento por lote contribui para a padronização da qualidade dos produtos ofertados, garantindo que os alimentos atendam às especificações técnicas e nutricionais exigidas pelo Programa de Alimentação Escolar;

c) A logística de fornecimento, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios às unidades escolares exige planejamento e coordenação integrada, tornando a execução mais eficiente quando realizada por lote, reduzindo riscos de desabastecimento e atrasos nas entregas;

d) A contratação por lote facilita o gerenciamento contratual e a fiscalização da execução, permitindo maior controle sobre a qualidade dos produtos fornecidos e o cumprimento dos cronogramas de entrega.

6.4. Além disso, o fornecimento por lote possibilita ganhos de escala, assegurando condições comerciais mais vantajosas para a Administração, bem como redução dos custos operacionais relacionados à gestão de múltiplos contratos e fornecedores.

6.5. Ressalta-se que o mercado de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar é composto por empresas com capacidade operacional para fornecer conjuntos de produtos agrupados por categorias, incluindo aquisição, transporte e entrega parcelada. A excessiva fragmentação dos itens poderia comprometer a eficiência da contratação, elevar custos administrativos e dificultar a gestão do abastecimento das unidades escolares.

6.6. Assim, a adoção do fornecimento por lote configura-se como a alternativa mais adequada, vantajosa e eficiente para atender ao interesse público, garantindo a continuidade do fornecimento, a qualidade dos alimentos ofertados, a segurança alimentar dos estudantes e a eficiência na execução contratual, em benefício dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada e continuada, mediante fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Brotas de Macaúbas/BA, conforme as necessidades da Administração e durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do respectivo contrato.



**7.2.** As ordens de fornecimento serão emitidas pela Nutricionista da Secretaria de Educação, responsável pela elaboração do cardápio e a distribuição da merenda escolar para as unidades escolares da rede municipal. O recebimento será realizado pela Coordenadora da Educação e supervisionado pela Nutricionista.

**7.3A** entrega dos bens será realizada de **forma parcelada**, semanalmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, durante o prazo de vigência contratual.

**7.4** O prazo de validade dos produtos perecíveis ou com validade definida, na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, contados do prazo total recomendado pelo fabricante. Entretanto, para os itens que o o prazo recomendado pelo fabricante for inferior a este, a validade na data de entrega deverá ser de, no mínimo 3 (três) meses.

**7.5** A entrega será realizada no endereço indicado pela CONTRATANTE nas ordens de fornecimento, mediante agendamento prévio através do telefone (77) 99199-7534, no horário das 08h às 12h e de 14h às 17h, em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira ou pelo e-mail [seceducacao@brotasdemacaubas.ba.gov.br](mailto:seceducacao@brotasdemacaubas.ba.gov.br) ou [pnaebrotas@gmail.com](mailto:pnaebrotas@gmail.com), onde os materiais serão conferidos e recebidos;

**7.5.1** A entrega deverá ser feita pelo CONTRATADO no endereço indicado pela CONTRATANTE que segue em tabela abaixo:

Nº	ESCOLA MUNICIPAL	LOCALIZAÇÃO	ZONA
01	CENTRO MUNICIPAL DE ED. INF. CRECHE EMILCE SALDANHA SILVA	SEDE	URBANA
02	ESCOLA MUNICIPAL AGOSTINHO RIBEIRO	FEIRA NOVA	RURAL
03	ESCOLA MUNICIPAL BENJAMIN CONSTANT	ARACI	RURAL
04	ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO I	MANGABEIRA	RURAL
05	ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II	LAGOA DO CAPIM	RURAL
06	ESCOLA MUNICIPAL DE E. INFANTIL DR. OTÁVIO MANGABEIRA	SEDE	URBANA
07	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU BOM JESUS	MATA DO BOM JESUS	RURAL
08	ESCOLA MUNICIPAL DOIS DE JULHO	MOURÃO	RURAL
09	ESCOLA MUNICIPAL DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	COCAL	RURAL
10	ESCOLA MUNICIPAL GAUDENCIO OLIVEIRA	NOVA SANTANA	RURAL
11	ESCOLA MUNICIPAL GETULIO VARGAS	SANTO ANDRÉ	RURAL
12	ESCOLA MUNICIPAL HORACIO DE MATOS	COCOS	RURAL
13	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ANTONIO PEREIRA	LAGOA DA PALHA	RURAL
14	ESCOLA MUNICIPAL LUIS EDUARDO MAGALHÃES	COCAL	RURAL
15	ESCOLA MUNICIPAL LUIZ VIANA FILHO	BOA VISTA	RURAL
16	ESCOLA MUNICIPAL MANOEL VITORINO	PÉ DO MORRO	RURAL
17	ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO	PAU FERRO	RURAL
18	ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE MEIRA LIMA COSTA	SEDE	URBANA
19	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE BROTAS	SEDE	URBANA
20	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO CARMO	ALVORADA	RURAL
21	ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOAO PAULO II	SUMIDOURO	RURAL
22	ESCOLA MUNICIPAL PRUDENTE DE MORAIS	ALAGADOS	RURAL
23	ESCOLA MUNICIPAL ROBERTO SANTOS	CURRALINHO DE BAIXO/CIMA	RURAL
24	ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA	ROÇAS VELHAS	RURAL

25	ESCOLA MUNICIPAL TIMOTEO LOPES	LAGOA NOVA	RURAL
26	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE	MOCAMBO	RURAL
27	ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	PRAÇA DOS PODERES, Nº 95	SEDE

**7.6** Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

- a) Os alimentos perecíveis, deverão ser transportados em condições adequadas de higiene e conservação. É importante lembrar que os alimentos perecíveis devem apresentar a temperatura recomendada pelo fabricante, no momento da entrega.

**7.7** O objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;
- b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

**7.8** hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**7.9** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução do contrato, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

**7.10** A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.11** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Forma de pagamento**

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.9. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

8.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.15. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

8.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. DAS AMOSTRAS

### 9. DAS AMOSTRAS

**9.1.** Considerando a natureza do objeto licitado e a necessidade de verificação da qualidade, composição, características sensoriais, rendimento, aceitabilidade e conformidade dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, será exigida a apresentação de amostras exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.2.** A convocação para apresentação das amostras será realizada por meio do sistema eletrônico, após a fase de julgamento das propostas.

**9.3.** O licitante convocado deverá apresentar as amostras no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Brotas de Macaúbas/BA, na Secretaria Municipal de Educação, na cidade de Brotas de Macaúbas/Bahia, localizada na Praça dos Poderes, nº 95, Centro, das 08:00 hs às 12:00 e das 14:00hs às 16:00hs.

**9.4.** A exigência de amostras restringir-se-á aos itens expressamente indicados no Termo de Referência, devendo ser apresentada 01 (uma) unidade de cada produto solicitado para análise.

**9.5.** As amostras deverão ser entregues em sua embalagem original, lacrada e sem qualquer tipo de violação, contendo obrigatoriamente:

I – identificação do produto;

II – marca;

III – nome e endereço do fabricante;

IV – lista de ingredientes;



V – informação nutricional;

VI – peso líquido;

VII – número do lote;

VIII – data de fabricação;

IX – prazo de validade;

X – demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

**9.6.** A avaliação das amostras será realizada por Comissão Técnica especialmente designada para este fim, composta preferencialmente por:

I – nutricionista responsável técnica pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

II – representantes da Secretaria Municipal de Educação;

III – servidores designados pela Administração com conhecimento técnico relacionado ao objeto.

**9.7.** A análise das amostras observará exclusivamente critérios objetivos previamente definidos, considerando:

I – conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência;

II – atendimento às exigências da legislação sanitária e de rotulagem aplicável;

III – composição nutricional compatível com a descrição do produto;

IV – características sensoriais próprias do alimento, tais como aparência, cor, odor, textura e sabor;

V – rendimento e qualidade do produto após preparo, quando aplicável;

VI – adequação às diretrizes nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

**9.8.** Quando aplicável, poderá ser realizado Teste de Aceitabilidade em conformidade com as diretrizes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e da regulamentação vigente do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, mediante acompanhamento da nutricionista responsável.

**9.9.** O resultado do Teste de Aceitabilidade não será aferido de forma subjetiva ou individual, devendo observar metodologia padronizada e índices mínimos de aceitação previstos nas normas do FNDE vigentes à época da avaliação.

**9.10.** A Comissão Técnica elaborará relatório circunstanciado contendo as razões da aprovação ou reprovação da amostra, assegurando a observância dos princípios da motivação, transparência e julgamento objetivo.

**9.11.** Será considerada reprovada a amostra que:

- I – não atender às especificações técnicas constantes do Termo de Referência;
- II – apresentar divergência entre a marca ofertada e a marca efetivamente apresentada;
- III – apresentar irregularidades de rotulagem, composição ou acondicionamento;
- IV – estiver com prazo de validade incompatível com as exigências editalícias;
- V – não atingir os parâmetros mínimos de aceitabilidade previstos na regulamentação aplicável, quando submetida a teste de aceitabilidade.

**9.12.** A ausência de entrega das amostras no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, implicará a desclassificação da proposta do licitante convocado.

**9.13.** Reprovada a amostra do primeiro colocado, a Administração convocará o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para apresentação das respectivas amostras, repetindo-se o procedimento até a obtenção de proposta que atenda integralmente às exigências do edital.

**9.14.** A sessão de avaliação das amostras será pública, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante prévio agendamento e divulgação de local, data e horário no sistema eletrônico.

**9.15.** As amostras entregues para análise não gerarão qualquer direito à indenização ou ressarcimento, podendo ser utilizadas, consumidas ou descartadas durante os procedimentos de avaliação.

**9.16.** Os resultados das análises serão divulgados no sistema eletrônico e integrarão os autos do processo licitatório.

## **10. RECURSOS ORÇAMENTARIOS**

10.1. Não se aplica nesta fase, somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

## **11. ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS:**

11.1 O valor estimado global da contratação é de **R\$ 1.523.267,50 (Um milhão, quinhentos e vinte e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).**

11.1.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

11.1.2 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

## **12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

12.1 A licitação será processada na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA,

tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR LOTE;

12.2 O modo de disputa a ser utilizado é o aberto;

**12.2.1. Do Registro de preço**

12.2.2 Devido à imprevisibilidade da demanda ao longo do ano, especialmente em função de fatores externos (como eventos sazonais, crises sanitárias ou aumento populacional em determinadas épocas), o Registro de Preços para os materiais em questão é a alternativa mais adequada, pois possibilita que o Município esteja preparado para suprir essas demandas sem interrupções no fornecimento. O Registro de Preços permite que o Município adquira os itens conforme sua real necessidade ao longo do período de validade da Ata de registro de preço, evitando estoques excessivos e desperdícios, ao mesmo tempo garantindo economia de recursos públicos. A aquisição eventual proporciona flexibilidade para adaptar as compras à demanda real, sem a necessidade de realizar licitações constantes, o que poderia acarretar morosidade no processo de aquisição e impacto na continuidade dos serviços. Portanto, justifica-se a realização do Registro de Preços como uma ferramenta eficaz de gestão, garantindo a eficiência, economicidade e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

12.2.3. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

### **13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

13.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**13.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

13.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

13.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.1.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### 13.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

13.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.1.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

13.1.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

13.1.2.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

13.1.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### 13.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

13.1.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.1.3.1.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **dois últimos** exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.1.3.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.1.3.1.3.É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.



13.1.3.1.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

13.1.3.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

13.1.3.1.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **13.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1.4.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.1.4.1.2. ALVARÁ permitindo o regular funcionamento, emitido por órgão público da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com prazo de validade vigente, ou documento oficial emitido por órgão público competente dispensando o licitante dessa exigência.

#### **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.**

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **15. DO MODELO DE GESTÃO DO OBJETO E DO CONTRATO.**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.3. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

15.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

15.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

15.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

15.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

15.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

15.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Brotas de Macaúbas, 02 de Junho de 2026.

**GISLENE LEITE SANTOS ARAÚJO**  
Secretaria Municipal de Educação

## ANEXO II

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O MUNICÍPIO DE BROTAS DE MACAUBAS, Estado da Bahia, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ n.º. \_\_\_\_\_ com sede na Praça \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º – SSP – BA e CPF n.º \_\_\_\_\_, através do \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo seu secretário Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º – SSP – BA e CPF n.º \_\_\_\_\_ considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 035/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

### DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **material de expediente**, especificados nos itens..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... **do edital de Licitação n.º ...../20...**, que é **parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.**

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <b>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</b>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 Optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere do processo.



#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site do município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.1 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.3 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não assinar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado.

8.2. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.5.1 Por razão de interesse público;

8.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo da ata

Cadastro Reserva ata nºxxx/202x

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **///**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, do Sr. XXXXXXXXXX (fiscal do contrato).

**8.1.4.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

**8.1.5.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**9.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

**9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

**9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

**9.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.8.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**9.9.** Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

## **CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) **Multa:**

1. 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou no prazo da Ordem de Fornecimento, limitadas a 20% do valor da contratação;

2. 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da contratação

3. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. compensatória de 0,20% (vinte décimos por cento)) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art.](#)

159).

**11.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**11.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**12.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

**12.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

**12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.XXXXXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, ressalvado o disposto no art. 176, da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Oliveira dos Brejinhos-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brotas de Macaúbas-BA, XX de XXXXXX de XXXXX

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

Fiscal de contrato

TESTEMUNHAS:

1-

2-